

Assim, o conteúdo progressista, antiimperialista e antifeudal da atividade econômica do Estado, no Brasil, foi transformado em seu antípoda. O repertório de medidas antigas era amplo: ação legislativa através do orçamento e controle das relações de produção; protecionismo estatal ao capitalismo nacional; atividade financeira destinada a redistribuir a renda, com vistas a estimular o desenvolvimento; participação na acumulação do capital, pelo crédito público, contratação de empréstimo, emissões, sistema bancário, corporações financeiras, programações globais; manutenção de empresas públicas e formação do setor estatal da produção, sob regime de monopólio ou não; concessões públicas, outorgando privilégios a empresas privadas, para formação de capital; controle de preços, por largas aquisições e pedidos estatais. A área estatal da economia compreendia, pois, as ferrovias encampadas quando já esgotada a possibilidade de exploração rentável, com vantagem para as empresas estrangeiras concessionárias; a Petrobrás, antes monopolista em quase todos os campos relacionados com o petróleo; a Eletrobrás, a que ficou pertencendo a tarefa de aumento da produção de energia elétrica; a Companhia Vale do Rio Doce, responsável pela exportação de mais de 80% do minério de ferro brasileiro; mas também órgãos ordenadores de preços e de comercialização de matérias-primas e certos produtos elaborados, como o IBC (café), o IBAA (açúcar), o IRGA (arroz); o setor bancário, com os maiores bancos do país, o Banco Central, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, etc. A contribuição da empresa pública para o orçamento nacional é ainda reduzida, mas é já muito grande a percentagem da renda que absorve e emprega.

É importante assinalar que a nacionalização da propriedade privada deu sempre origem, no Brasil, ainda que tenham sido poucos os exemplos, e tão simplesmente de tentativas, a crises de gravidade política muito grande. A impossibilidade de expropriar ou de nacionalizar, até aqui, tem caracterizado a política brasileira, e isso parece advir do poderio dos monopólios estrangeiros, da força de que dispõem, no Brasil. Ao inverso, a participação de capitais estrangeiros em empresas brasileiras vem sendo, e ultimamente com destaque, forma normal. O setor

ontem, permitindo importações de instalações industriais com isenções de impostos, desde que destinadas à produção para o mercado externo". (Ford, Burroughs, Volkswagen e chineses podem usar incentivos", in *Jornal do Brasil*, Rio, 1º de setembro de 1972).